

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	10
---	----

Notas Explicativas	11
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	45
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	48
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	49
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	459.057.998
Preferenciais	19.402.076
Total	478.460.074
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	583.532	617.293
1.01	Ativo Circulante	47.697	397.290
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8	59
1.01.03	Contas a Receber	13.304	9.904
1.01.03.01	Clientes	13.304	9.904
1.01.04	Estoques	4.296	1.198
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.185	3.460
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.185	3.460
1.01.06.01.01	Outros tributos a recuperar	5.185	3.460
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	24.904	382.669
1.01.08.03	Outros	24.904	382.669
1.01.08.03.02	Debêntures privadas	0	175.435
1.01.08.03.03	Adiantamento a fornecedores	20.029	200.953
1.01.08.03.04	Outros ativos	2.306	2.181
1.01.08.03.05	Títulos de Valores Mobiliários	2.569	4.100
1.02	Ativo Não Circulante	535.835	220.003
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	393.517	86.039
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	393.517	86.039
1.02.01.09.04	Outros tributos a recuperar	28.403	29.741
1.02.01.09.05	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	29.062	23.867
1.02.01.09.06	Depósitos Judiciais	33.106	27.061
1.02.01.09.07	Outros ativos	4.760	3.728
1.02.01.09.08	Debêntures privadas	186.525	0
1.02.01.09.09	Adiantamento a fornecedores	109.833	0
1.02.01.09.10	Caixa restrito	1.828	1.642
1.02.03	Imobilizado	142.318	133.964

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	583.532	617.293
2.01	Passivo Circulante	66.526	49.279
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.608	2.271
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	5.608	2.271
2.01.02	Fornecedores	16.916	7.215
2.01.03	Obrigações Fiscais	356	412
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	356	412
2.01.03.01.04	Outros tributos a pagar	356	412
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	19.533	19.594
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	19.533	19.594
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	19.533	19.594
2.01.05	Outras Obrigações	24.113	19.787
2.01.05.02	Outros	24.113	19.787
2.01.05.02.06	Adiantamento de clientes	551	1.353
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	21.277	18.434
2.01.05.02.08	Outros passivos financeiros	2.285	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.372.380	1.236.308
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	46.358	65.700
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	46.358	65.700
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	46.358	65.700
2.02.02	Outras Obrigações	1.287.236	1.138.574
2.02.02.02	Outros	1.287.236	1.138.574
2.02.02.02.03	Arrendamentos e Concessões	1.284.175	1.135.398
2.02.02.02.04	Outras contas a pagar	3.061	3.176
2.02.04	Provisões	38.786	32.034
2.02.04.02	Outras Provisões	38.786	32.034
2.02.04.02.04	Provisão para demandas judiciais	38.786	32.034
2.03	Patrimônio Líquido	-855.374	-668.294
2.03.01	Capital Social Realizado	551.915	551.915
2.03.02	Reservas de Capital	17.566	17.566
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.424.777	-1.237.697
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-78	-78

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	86.825	69.423
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-151.699	-120.537
3.03	Resultado Bruto	-64.874	-51.114
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-17.264	-8.001
3.04.01	Despesas com Vendas	-10.426	-3.802
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-6.838	-4.199
3.04.04.01	Outras Receitas (despesas) operacionais liquidas	-6.838	-4.199
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-82.138	-59.115
3.06	Resultado Financeiro	-104.942	-123.097
3.06.01	Receitas Financeiras	25.929	41.054
3.06.01.01	Receitas financeiras	25.929	41.054
3.06.02	Despesas Financeiras	-130.871	-164.151
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-130.868	-162.492
3.06.02.02	Variação cambial, líquida	-3	-1.659
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-187.080	-182.212
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-1.564
3.08.01	Corrente	0	-1.564
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-187.080	-183.776
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-187.080	-183.776
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,39101	-0,3841
3.99.01.02	PN	-0,39101	-0,3841
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,39101	-0,3841
3.99.02.02	PN	-0,39101	-0,3841

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-187.080	-183.776
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-78
4.02.01	Perdas atuariais com planos de pensão	0	-78
4.03	Resultado Abrangente do Período	-187.080	-183.854

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	58.222	-184.746
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.259	8.682
6.01.01.02	Depreciação	33.981	28.981
6.01.01.04	Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	102.261	112.965
6.01.01.06	Arrendamentos e concessões	39.322	39.748
6.01.01.08	Provisões de demandas judiciais	8.211	4.511
6.01.01.09	Provisão com crédito de liquidação duvidosa	1.091	333
6.01.01.10	Outros	1.654	3.662
6.01.01.11	Resultado operacional antes do IR e CS	-187.080	-182.212
6.01.01.12	Provisão para participações nos resultados e bônus	2.819	694
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	55.963	-193.428
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	5.395	16.751
6.01.02.02	Estoques	-3.034	8.565
6.01.02.04	Impostos e contribuições sociais a recuperar	-2.780	12.944
6.01.02.05	Fornecedores	76.431	-26.452
6.01.02.06	Adiantamento a clientes	-802	-9.593
6.01.02.07	Ordenados e salários a pagar	518	-1.856
6.01.02.08	Impostos e contribuições sociais a recolher	-165	-5.176
6.01.02.10	Demandas judiciais	-10.410	-9.700
6.01.02.11	Outros ativos e passivos, líquidos	-11.132	-3.852
6.01.02.12	Adiantamentos a fornecedores	0	-175.059
6.01.02.13	Outros passivos financeiros	1.942	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-32.343	228.419
6.02.01	Caixa restrito	-186	33.046
6.02.02	Adições ao imobilizado e intangíveis	-43.065	-16.985
6.02.03	Títulos e valores mobiliários	1.875	-3.006
6.02.04	Recebimento de debêntures privadas	9.033	215.364
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-25.930	-43.625
6.03.03	Amortização de principal	-20.223	-19.234
6.03.04	Pagamento de juros	-5.707	-6.928
6.03.05	Partes relacionadas	0	-17.463
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-51	48
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	59	11
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8	59

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	551.915	17.566	0	-1.237.697	-78	-668.294
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	551.915	17.566	0	-1.237.697	-78	-668.294
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-187.080	0	-187.080
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-187.080	0	-187.080
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	551.915	17.566	0	-1.424.777	-78	-855.374

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	551.915	17.566	0	-1.053.921	0	-484.440
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	551.915	17.566	0	-1.053.921	0	-484.440
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-183.776	-78	-183.854
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-183.776	0	-183.776
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-78	-78
5.05.02.06	Perdas atuariais com planos de pensão	0	0	0	0	-78	-78
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	551.915	17.566	0	-1.237.697	-78	-668.294

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	99.174	80.143
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	99.362	80.088
7.01.02	Outras Receitas	903	388
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.091	-333
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-60.807	-37.872
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-43.106	-28.977
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.971	-4.064
7.02.04	Outros	-8.730	-4.831
7.03	Valor Adicionado Bruto	38.367	42.271
7.04	Retenções	-33.981	-28.981
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-33.981	-28.981
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.386	13.290
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	25.929	41.054
7.06.02	Receitas Financeiras	25.929	41.054
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	30.315	54.344
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	30.315	54.344
7.08.01	Pessoal	27.809	18.739
7.08.01.01	Remuneração Direta	21.198	14.120
7.08.01.02	Benefícios	5.520	3.919
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.091	700
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	14.240	13.297
7.08.02.01	Federais	6.930	6.301
7.08.02.02	Estaduais	6.120	6.059
7.08.02.03	Municipais	1.190	937
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	175.346	206.084
7.08.03.01	Juros	130.871	164.151
7.08.03.02	Aluguéis	44.475	41.933
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-187.080	-183.776
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-187.080	-183.776

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RUMO MALHA OESTE – RUMO MALHA OESTE S.A.****RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Rumo Malha Oeste – Rumo Malha Oeste S.A. (“Companhia”) controlada da Rumo S.A. (“Rumo” ou “Controladora”) submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, preparados de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

O principal tomador de decisões operacionais analisa a Companhia como parte de segmentos operacionais que diferem da informação individual dessas Demonstrações Financeiras. Desta forma, está disponível no site da Companhia e na CVM o relatório da Administração da controladora Rumo que contempla todos os segmentos.

Resultado (Valores em R\$ MM)	4T17	4T16	Var. %	12M17	12M16	Var. %
Receita Líquida	26,6	16,9	25,1%	86,8	69,4	25,1%
Custo dos Serviços Prestados	(38,9)	(29,0)	25,9%	(151,7)	(120,5)	25,9%
Lucro Bruto	(12,4)	(12,1)	2,4%	(64,9)	(51,1)	26,9%
Margem Bruta (%)	-47%	-71%	24,9 p.p.	-75%	-74%	-1,1 p.p.
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(2,4)	(0,3)	174,2%	(10,4)	(3,8)	174,2%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	0,3	(3,5)	62,8%	(6,8)	(4,2)	62,8%
Depreciação e Amortização	12,0	9,3	17,3%	34,0	29,0	17,3%
EBITDA	(2,6)	(6,5)	-60,5%	(48,2)	(30,1)	59,8%
Margem EBITDA (%)	-9,6%	-38,4%	28,7 p.p.	-55,5%	-43,4%	-12,1 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	- 21,2	- 29,6	-28,2%	(104,9)	(123,1)	-14,7%
Imposto de renda e contribuição social	- -	1,6			(1,6)	
Prejuízo	(35,7)	(46,9)	-23,8%	(187,1)	(183,8)	1,8%

No trimestre findo em 31 de dezembro de 2017, a receita operacional líquida atingiu R\$ 26,6 milhões, aumento de 25,1% em relação ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2016, em decorrência do aumento da tarifa média de transporte e do crescimento na demanda de transportes de produtos agrícolas e industriais. O EBITDA foi negativo em R\$ 2,0 milhões comparado a um EBTIDA negativo de R\$ 6,5 milhões, principalmente pelo aumento das receitas no trimestre findo em 31 de dezembro de 2017. A Companhia apresentou prejuízo de R\$ 35,7 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2017 comparado a um prejuízo de R\$ 46,9 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2016.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a receita operacional líquida atingiu R\$ 86,8 milhões, aumento de 25,1% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, em decorrência do aumento da tarifa média de transporte e do crescimento na demanda. O EBITDA foi de R\$ 47,6 milhões negativo, aumento de 57,8% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, principalmente pelo aumento da proporção do custo em relação à receita líquida e das demais despesas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. A Companhia apresentou prejuízo de R\$187,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, comparado a um prejuízo de R\$183,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

1 Contexto Operacional

A Rumo Malha Oeste S.A. (“Companhia” ou “Rumo Malha Oeste”) é uma sociedade por ações brasileira, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) concedido em 20 de outubro de 1998, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo – SP, que opera no segmento de transporte ferroviário nos estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo. A Companhia é uma controlada direta da Rumo S.A. (“Controladora” ou “Rumo”).

A concessão e o contrato de arrendamento de ativos ferroviários da Companhia se encerra em junho de 2026.

Quando da elaboração das demonstrações financeiras, a Administração fez uma avaliação sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia no futuro previsível. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$ 18.829, prejuízo do período de R\$ 187.080 e passivo a descoberto de R\$ 855.374.

A gestão de caixa da Companhia é feita de forma centralizada e numa visão consolidada na Rumo, sendo que eventuais necessidades de caixa são supridas pelo controlador ou demais empresas do grupo quando necessário, os quais têm a capacidade de suprir a Companhia com a liquidez necessária, seja através de mútuos ou aumento de capital, para a liquidação das suas obrigações de curto prazo. Dessa forma não há risco de continuidade operacional em 31 de dezembro de 2017.

a) Restrições e condições de operação na concessão outorgada à Companhia.

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas no contrato de concessão, tais como: não efetuar sub-concessão; submeter-se à fiscalização permanente da União; cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais do Ministério dos Transportes; cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

O contrato será extinto com a concretização dos seguintes fatos: convenção amigável das partes, precedidas de negociações e ajustes financeiros devidos por uma à outra parte; término do prazo contratual; encampação ou resgate, por interesse público superveniente à concessão, mediante a devida indenização; anulação por ilegalidade da concessão ou do contrato; infrações graves e continuadas cometidas por uma das partes, que acarretem danos à qualidade e eficiência dos serviços; por encampação pela União dos serviços concedidos ou pelo advento de Lei que torne o contrato, formal ou materialmente, impossível. Ocorrendo a encampação, os acionistas da Companhia serão indenizados pelo justo valor do acervo vinculado à concessão, apurado à época da encampação.

2 Base de preparação e principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assim como com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e estas correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Notas Explicativas

Certos montantes dos saldos comparativos foram reclassificados para aprimoramento das divulgações das demonstrações financeiras do exercício, com impacto entre linhas no resultado financeiro.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2018.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do principal ambiente econômico em que opera, gera e consome caixa.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos críticos e incertezas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• Nota 11 – Imobilizado

O cálculo da depreciação e amortização de ativos intangíveis e imobilizados inclui as estimativas das vidas úteis.

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos intangíveis e imobilizados. Além disso, um teste de *impairment* é efetuado anualmente para o ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. Um *impairment* existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

• Nota 13 - Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis na extensão em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra o qual estes possam ser utilizados. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Notas Explicativas

• Nota 23 - Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros

Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, tais como o risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

• Nota 15 - Provisão para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para demandas judiciais proveniente de uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo na data de aquisição como parte da combinação de negócios.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos contábeis, incluindo o nível de hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, sempre que possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia divulga as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Notas Explicativas

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- empréstimos mensurados ao valor justo por meio do resultado.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia a todos os exercícios e períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Instrumentos financeiros

- **Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado ou empréstimos e recebíveis.

- a) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, que levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

- i) Títulos e valores mobiliários**

Investimentos em títulos e valores mobiliários com prazo de vencimento superior a três meses na data da compra e outros valores mobiliários pelos quais existe mais que um risco insignificante de mudança de valor devido a taxa de juros, preço cotado ou penalidade na retirada.

Os ativos financeiros classificados como mantidos para negociação incluem compromissadas de debêntures ativamente gerenciadas pelo departamento de tesouraria da Companhia para garantir liquidez de curto prazo necessária.

Notas Explicativas

b) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, contas a receber de clientes, recebíveis de partes relacionadas e outros créditos.

i) Caixa restrito

O caixa restrito é representado por aplicações financeiras que são vinculadas a empréstimos da Companhia, bem como *escrow* para alienações fiduciárias.

ii) Caixa e equivalentes de caixa

Equivalentes de caixa abrangem saldos de investimentos financeiros resgatáveis em três meses ou menos a partir da data da contratação e com um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento, quando a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. Juros, taxa de câmbio, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na rubrica de receitas e despesas financeiras.

No caso da Companhia, ativos financeiros mantidos até o vencimento compreendem debêntures. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado.

d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados nas categorias anteriores. Podem incluir ativos de instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretende manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos no resultado do período. Quando um investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou perdas cumulativas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Atualmente a Companhia não possui ativos financeiros classificados como disponíveis para venda.

Notas Explicativas

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- ii) A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

e) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

A Companhia normalmente classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado mediante o método dos juros efetivos.

Passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado tem seus ganhos e perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Passivos financeiros compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures, fornecedores, pagáveis a partes relacionadas, parcelamento de débitos – REFIS, limite de cheque especial bancário e outras contas a pagar.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Notas Explicativas

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

f) Capital social

• Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizados conforme o IAS 12.

• Ações preferenciais

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido são reconhecidos como passivo.

3.2 Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos despesas variáveis de vendas aplicáveis.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.3 Imobilizado

g) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- i) o custo de materiais e mão de obra direta;
- ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida;

Notas Explicativas

- iii) uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção dos equipamentos e restauração do local em que eles estão localizados, quando a Companhia tem a obrigação de retirar o bem ou restaurar o local; e
- iv) custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

h) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

i) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do momento em que estiverem disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de bens do ativo imobilizado menos seus valores residuais estimados usando o método linear ao longo de suas vidas úteis estimadas. A depreciação é geralmente reconhecida nos lucros ou prejuízos, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor prazo entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a menos que esteja razoavelmente certo que a Companhia irá obter a propriedade no fim do prazo da locação. Terrenos não são depreciados.

A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil média de cada ativo, seguindo as taxas percentuais médias anuais demonstradas abaixo:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Aeronaves, embarcações e veículos	10% - 20%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	4%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Equipamentos de informática	20%

Notas Explicativas

Os custos da manutenção periódica normal são contabilizados em despesas quando incorridos uma vez que os componentes substituídos não melhorem a capacidade produtiva ou introduzam aprimoramentos aos equipamentos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício, ou quando houver alteração significativa no padrão de consumo, previsto, tais como incidente relevante e obsolescência técnica. Eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, quando aplicável.

3.4 Intangível

j) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

k) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

l) Amortização

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseado nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja necessário.

3.5 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

• Ativos financeiros não derivativos

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Notas Explicativas

i) Ativos financeiros não derivativos mensurados pelo custo amortizado

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. A perda reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, diminuído de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Caso o valor justo de um título de dívida, para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável, apresente aumento e, esse aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda é revertida e o valor da reversão é reconhecido no resultado. Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.

- **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo de venda menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes com base na taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGCs).

Notas Explicativas

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.6 Benefícios a empregados

- **Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios a empregados de curto prazo são mensuradas em uma base não descontada e são contabilizadas conforme o serviço relacionado seja prestado. Um passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em bônus em dinheiro de curto prazo ou planos de participação nos lucros se o grupo tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação pode ser estimada de forma confiável.

- **Benefícios pós emprego**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

3.7 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.8 Receita

- **Receita de serviços**

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas quando a entidade transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável. Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário e de transporte de contêineres, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos no momento em que o serviço logístico é prestado.

Notas Explicativas

- **Receita diferida**

A Companhia possui receita diferida recebida de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

3.9 Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

a) Ativos arrendados

Ativos detidos pela Companhia no âmbito de contratos de arrendamento que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os ativos detidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

b) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos linearmente como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada exercício durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

Os valores pagos antecipadamente pela Companhia são registrados no ativo e alocados no resultado linearmente no decorrer do prazo do contrato. Os encargos incorridos no exercício de carência são registrados no resultado e mantidos como obrigações a pagar, sendo baixados proporcionalmente ao pagamento das parcelas correntes.

Notas Explicativas

3.10 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, pelo método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), e perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais sobre ativos e passivos financeiros são reportados em uma base líquida ou como receita financeira ou despesa financeira, dependendo se os movimentos em moeda estrangeira estão em uma posição de ganho líquido ou perda líquida.

3.11 Impostos e contribuições

Imposto de renda abrange o imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%. As despesas com imposto compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto na medida em que se trata de uma combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

- **Imposto de renda e contribuição social corrente**

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente a pagar também inclui qualquer obrigação tributária decorrente da declaração de dividendos.

- **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal.

Notas Explicativas

A mensuração dos impostos diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, na data do balanço, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão, utilizando as taxas de imposto aprovadas na data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, se são impostos relacionados a mesma entidade tributável.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que é provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal será realizado.

- **Impostos indiretos**

A receita é reconhecida líquida de descontos e impostos sobre prestação de serviços.

- **Riscos fiscais**

Na determinação do montante de imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e os juros adicionais podem ser devidos. Esta avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem tornar-se disponíveis, que pode fazer com que a Companhia mude sua decisão sobre a adequação das obrigações fiscais existentes; tais alterações terão impacto na despesa de imposto no exercício em que tal determinação é efetuada.

3.12 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

3.13 Fluxo de caixa – transações que não envolveram caixa

- **Transações que não envolvem caixa**

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram o caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

- (a) Compra de imobilizado a prazo no montante de R\$ 25.

Notas Explicativas

- **Classificação de juros**

- (i) Os juros, recebidos ou pagos são classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento, pois a Companhia considera que referem-se aos custos de obtenção de recursos financeiros.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Companhia estimou o impacto estimado da adoção da IFRS 15 e IFRS 9 sobre o patrimônio em 1º de janeiro de 2018 baseando-se em avaliações realizadas até à data de emissão destas demonstrações financeiras. Os impactos reais da adoção das normas em 1º de janeiro de 2018 podem ser diferentes pois as novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

O ajuste total estimado (líquido de impostos) no saldo de abertura do patrimônio líquido da Companhia em 01 de janeiro de 2018 é de aproximadamente R\$60. O ajuste estimado se refere à redução em lucros acumulados, devido a perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, líquido dos efeitos tributários.

- **IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes**

A IFRS 15 tem como princípio fundamental o reconhecimento de receita quando as mercadorias ou os serviços são transferidos para o cliente pelo preço da transação. A receita é reconhecida de acordo com esse princípio, aplicando-se um modelo de 5 passos:

- i. Identificar o contrato;
- ii. Identificar as obrigações de desempenho;
- iii. Determinar o preço da transação;
- iv. Alocar o preço da transação; e
- v. Reconhecer a receita

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas.

- a) Prestação de serviços**

A Companhia atua na prestação de serviço de transporte. Os serviços são vendidos por conta própria em contratos (formais ou não) identificados e, normalmente, separados com os clientes.

Com base na avaliação da Companhia, o valor justo e os preços de venda de serviços individuais são amplamente similares, e a aplicação da IFRS 15 não resultará em diferenças no momento do reconhecimento da receita para esses serviços.

Notas Explicativas

b) Exigências de apresentação e divulgação

As exigências de apresentação e divulgação na IFRS 15 são mais detalhadas do que nas IFRS em vigor. As exigências de apresentação representam uma mudança significativa com relação à prática em vigor e, em muitos casos, aumentam significativamente o volume de divulgações exigidas nas demonstrações financeiras. Em particular devido à divulgação de julgamentos significativos realizados: em que momento determinar o preço da transação desses contratos que incluem uma contraprestação variável, como o preço da transação tem sido alocado às obrigações de desempenho e os pressupostos adotados para estimar os preços individuais de venda de cada obrigação de desempenho, além da desagregação das receitas por componentes de venda de bens e serviços. Em 2017 a Companhia testou os controles internos, políticas e procedimentos necessários para coletar e divulgar as informações necessárias e concluiu que o impacto nas divulgações não será significativo devido às características dos serviços prestados pela Companhia.

c) Outros ajustes

As exigências de reconhecimento e mensuração na IFRS 15 também são aplicáveis ao reconhecimento e mensuração de quaisquer ganhos ou perdas na alienação de ativos não financeiros (tais como itens do imobilizado e ativos intangíveis), quando essa alienação não ocorrer no curso normal das operações. Na transição, contudo, não foram identificadas diferenças decorrentes dessas mudanças para a Companhia.

• IFRS 9 Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros que substituiu a IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, impairment e hedge accounting. A IFRS 9 é efetiva para exercícios com início em ou após 1 de janeiro de 2018, com permissão de aplicação antecipada. Com exceção da contabilidade de hedge, é necessária uma aplicação retrospectiva, mas fornecer informações comparativas não é obrigatório. Para a contabilidade de hedge, os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções limitadas.

A Companhia planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não irá reapresentar informações comparativas. Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos do IFRS 9. Esta avaliação é baseada em informações disponíveis atualmente e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e suportáveis que estão sendo disponibilizadas pela Companhia em 2018, quando adotará a IFRS 9. Em geral, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo nas demonstrações financeiras e no patrimônio líquido, exceto pelo efeito da aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável da IFRS 9. A Companhia espera um aumento nas provisões de perda resultando em um impacto negativo sobre patrimônio conforme discutido abaixo. Além disso, a Companhia implementará mudanças na classificação de certos instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

a) **Classificação e mensuração**

A Companhia não espera um impacto significativo em seu balanço ou patrimônio na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9. Esperamos continuar medindo pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos ao valor justo. Os instrumentos de patrimônio, atualmente mantidas como disponíveis para venda, com ganhos e perdas registrados no resultado, manterão a mensuração pelo valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e recebíveis são detidos pela Companhia para obter fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia analisou as características contratuais de fluxo de caixa desses instrumentos e concluiu que eles atendem aos critérios de custo amortizado de acordo com a IFRS 9. Portanto, a reclassificação para esses instrumentos não resultará em impactos no balanço e no patrimônio.

b) ***Impairment***

A IFRS 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida e contas a receber de clientes, seja em 12 meses ou por toda a vida. A Companhia aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em todos os créditos comerciais. A Companhia determinou que, devido à natureza não garantida dos seus empréstimos e recebíveis, a provisão para perdas aumentará, com a correspondente redução do ativo fiscal diferido.

c) ***Hedge accounting***

A Companhia optou por não aplicar retrospectivamente a IFRS 9 na transição para os hedges onde a Companhia excluiu os pontos de avanço de a designação de cobertura de acordo com a IAS 39. Como a IFRS 9 não altera os princípios gerais de como uma entidade responde por hedges efetivas, a aplicação dos requisitos de hedge da IFRS 9 não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

d) **Outros ajustes**

Além dos ajustes descritos acima, na adoção da IFRS 9, outros itens das demonstrações financeiras, tais como impostos diferidos, serão ajustados conforme necessário. As diferenças de câmbio na conversão de operações no exterior também serão ajustadas.

• **IFRS 16 Arrendamentos**

A Companhia iniciou uma avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras. O impacto mais significativo identificado decorrerá do registro de novos ativos e passivos para os seus arrendamentos operacionais de ativos vinculados às concessões.

A Companhia ainda não quantificou o impacto da adoção do IFRS 16 sobre os seus ativos e passivos. O efeito quantitativo da adoção da IFRS 16 dependerá especificamente do método de transição escolhido, da utilização de expedientes práticos e isenções de recolhimento, e quaisquer arrendamentos adicionais que a Companhia celebrará. A Companhia espera divulgar sua abordagem de transição e informações quantitativas antes da adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que não entraram em vigor e que se espera que tenha um impacto significativo sobre a Companhia.

Notas Explicativas**4 Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Bancos conta movimento	<u>8</u>	<u>59</u>
	<u>8</u>	<u>59</u>

Conforme descrito na nota 1, a gestão de caixa da Companhia é centralizada na controladora direta Rumo S.A. Consequentemente, variações nos saldos de caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e caixa restrito (veja nota 5) não são representadas exclusivamente pelas operações da Companhia mas também por adiantamentos e outras operações financeiras com partes relacionadas.

5 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

Títulos e valores mobiliários	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Títulos públicos ⁽ⁱ⁾	<u>2.569</u>	<u>4.100</u>
	<u>2.569</u>	<u>4.100</u>
Caixa restrito	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Títulos públicos	<u>26</u>	<u>-</u>
Fianças	<u>1.802</u>	<u>1.642</u>
	<u>1.828</u>	<u>1.642</u>

- (i) Títulos públicos mantidos para negociação possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos.

6 Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Clientes terceiros	<u>11.947</u>	<u>5.218</u>
Clientes partes relacionadas (Nota 8)	<u>2.929</u>	<u>5.167</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.572)</u>	<u>(481)</u>
	<u>13.304</u>	<u>9.904</u>

A análise do vencimento das duplicatas a receber, líquido da provisão de créditos de liquidação duvidosa, de clientes são como segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
A vencer	<u>5.350</u>	<u>4.440</u>
Vencidas		
Até 30 dias	<u>5.873</u>	<u>225</u>
De 61 a 90 dias	<u>321</u>	<u>-</u>
Mais de 90 dias	<u>3.332</u>	<u>5.720</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.572)</u>	<u>(481)</u>
	<u>13.304</u>	<u>9.904</u>

A movimentação da provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo em 1º de janeiro	<u>481</u>	<u>148</u>
Adições	<u>2.197</u>	<u>552</u>
Reversões	<u>(1.106)</u>	<u>(219)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>1.572</u>	<u>481</u>

Notas Explicativas**7 Outros tributos a recuperar**

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Créditos federais a compensar		
PIS/COFINS	23.869	24.780
ICMS CIAP ⁽ⁱ⁾	9.062	7.816
Outros	657	605
	33.588	33.201
Circulante	5.185	3.460
Não circulante	28.403	29.741
	33.588	33.201

(i) Crédito de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado.

8 Partes Relacionadas**a) Resumo dos saldos do balanço com partes relacionadas:**

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativos		
Contas a receber de clientes		
Rumo Malha Paulista S.A.	547	4.589
Rumo S.A.	857	-
Rumo Malha Sul S.A.	1.486	578
Outros	39	-
	2.929	5.167
Adiantamento a fornecedores		
Rumo Malha Paulista S.A.	20.000	100.000
Rumo Malha Sul S.A.	-	100.000
Outros	-	924
	20.000	200.924
Ativo circulante	22.929	206.091
Adiantamento a fornecedores		
Rumo Malha Paulista S.A.	27.075	-
Raízen Energia S.A.	68	-
Rumo Malha Sul S.A.	82.690	-
	109.833	-
Debêntures privadas		
Rumo Malha Norte S.A.	186.525	175.435
	186.525	175.435
Ativo não circulante	296.358	175.435
Total do ativo	319.287	381.526
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Passivo		
Fornecedores		
Rumo Malha Paulista S.A.	580	383
Raízen Combustíveis S.A.	1.198	486
Portofer Transporte Ferroviário Ltda.	2.297	379
Rumo Malha Sul S.A.	2.135	718
Outros	458	-
	6.668	1.966
Passivo circulante	6.668	1.966
Total do passivo	6.668	1.966

Notas Explicativas**b) Resumo das transações com partes relacionadas:**

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita operacional líquida		
Rumo Malha Paulista S.A.	2.092	1.617
Rumo Malha Sul S.A.	8.961	15.545
Rumo Malha Norte S.A.	19	1.261
	<u>11.072</u>	<u>18.423</u>
Compras de serviços		
Rumo Malha Paulista S.A.	(9.802)	(7.212)
Raízen Combustíveis S.A.	(8.266)	(1.478)
Rumo Malha Sul S.A.	(18.476)	(8.475)
Outras	(231)	(98)
	<u>(36.775)</u>	<u>(17.263)</u>
Receitas / despesas compartilhadas		
Rumo Malha Sul S.A.	(5.791)	(1.760)
Outras	(1.114)	(2.426)
Raízen Energia S.A.	(640)	-
Rumo Malha Paulista S.A.	2.055	1.906
Outras	(1.626)	(2.433)
	<u>(7.116)</u>	<u>(4.713)</u>
Resultado financeiro		
Rumo S.A.	-	12.353
Rumo Malha Norte S.A.	21.518	19.794
Rumo Malha Paulista S.A.	-	5.024
	<u>21.518</u>	<u>37.171</u>

c) Remuneração da administração

A remuneração fixa e variável das pessoas chave da administração registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 totalizou R\$ 331, sendo toda a remuneração classificada como benefícios de curto prazo.

9 Adiantamento a fornecedores

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fornecedores	29	29
Fornecedores partes relacionadas (Nota 8) ⁽ⁱ⁾	129.833	200.924
	<u>129.862</u>	<u>200.953</u>
Circulante	20.029	200.953
Não circulante	109.833	-
	<u>129.862</u>	<u>200.953</u>

- (i) Os adiantamentos a fornecedores partes relacionadas são referentes a despesas compartilhadas, com cronograma de liquidação prevista em contrato.

Notas Explicativas**10 Debêntures privadas**

Em 30 de abril de 2012, a Companhia adquiriu uma série de 10.000 debêntures não conversíveis, da espécie subordinada, no valor unitário de R\$ 10, totalizando R\$ 100.000 emitidas pela Rumo Malha Norte S.A.. Em 24 de abril de 2017 foi assinado o aditamento do contrato com a postergação do seu vencimento, como segue:

Série	Data de emissão	Valor	Vencimento final	Remuneração anual	31/12/2017	31/12/2016
Debêntures privadas - Rumo Malha Norte	30/04/2012	100.000	02/05/2019	CDI+1,50% a.a	186.525	175.435

O saldo de atualização financeira totalizou R\$ 20.122 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 23.907 em 31 de dezembro de 2016).

11 Imobilizado

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas (i)	Via permanente (i)	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Saldo de custo:							
Em 01 de janeiro de 2017	7.834	27.885	209.962	291.276	3.765	3.966	544.688
Adições	-	-	-	75	43.015	-	43.090
Baixas	-	(6.740)	(215)	-	(417)	-	(7.372)
Transferências	-	1.708	11.293	20.315	(33.105)	5	216
Em 31 de dezembro de 2017	7.834	22.853	221.040	311.666	13.258	3.971	580.622
Saldo de depreciação:							
Em 01 de janeiro de 2017	(4.279)	(21.797)	(99.350)	(281.333)	-	(3.965)	(410.724)
Adições	(305)	(1.124)	(29.124)	(3.427)	-	(1)	(33.981)
Baixas	-	6.186	215	-	-	-	6.401
Em 31 de dezembro de 2017	(4.584)	(16.735)	(128.259)	(284.760)	-	(3.966)	(438.304)
Em 01 de janeiro de 2017	3.555	6.088	110.612	9.943	3.765	1	133.964
Em 31 de dezembro de 2017	3.250	6.118	92.781	26.906	13.258	5	142.318

Notas Explicativas

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas (i)	Via permanente (i)	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Saldo de custo:							
Em 01 de janeiro de 2016	252	-	203.654	280.801	2.725	42.193	529.625
Adições	-	-	-	1.885	15.100	-	16.985
Baixas	-	-	(3)	(7)	(376)	(591)	(977)
Transferências	7.582	-	6.311	8.597	(13.684)	(9.751)	(945)
Em 31 de dezembro de 2016	7.834	-	209.962	291.276	3.765	31.851	544.688
Saldo de depreciação:							
Em 01 de janeiro de 2016	(16)	-	(71.927)	(279.415)	-	(30.507)	(381.865)
Adições	(58)	-	(25.940)	(1.421)	-	(1.562)	(28.981)
Baixas	-	-	-	-	-	474	474
Transferências	(4.205)	-	(1.483)	(497)	-	5.833	(352)
Em 31 de dezembro de 2016	(4.279)	-	(99.350)	(281.333)	-	(25.762)	(410.724)
Em 01 de janeiro de 2016	236	-	131.727	1.386	2.725	11.686	147.760
Em 31 de dezembro de 2016	3.555	-	110.612	9.943	3.765	6.089	133.964

(i) Inclui benfeitorias em bens arrendados e arrendamento mercantil financeiro.

Análise de perda ao valor recuperável

Ativos imobilizados de vida definida que estão sujeitos à depreciação são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 identificamos indicadores de *impairment*, como à geração de resultados e EBITDA abaixo do projetado, levando à realização de teste de *impairment*, apesar de a Companhia não ter sofrido mudança no uso dos ativos, não ter apresentado obsolescência ou dano físico aos seus ativos, nem ter apresentado declínio de desempenho dos ativos.

O valor recuperável foi determinado utilizando fluxos de caixa descontados determinados pela Administração com base nos orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas, utilizando informações disponíveis no mercado, premissas de orçamento e desempenho anteriores.

As principais premissas utilizadas foram (i) taxa de desconto, (ii) expectativas do mercado brasileiro de produção industrial e grãos, (iii) expectativa em relação aos preços de fretes ferroviários, (iv) disponibilidade de capacidade de transporte e (v) condições macro econômicas.

Todos esses fluxos de caixa futuros foram descontados por uma taxa de 7,9% após impostos (custo médio ponderado de capital) que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em sua unidade geradora de caixa.

O resultado dos testes de *impairment* não indicou nenhuma necessidade de provisão no ano de 2017.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 nenhum ativo teve seu valor reduzido por perda de valor recuperável. A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

Notas Explicativas**12 Empréstimos, financiamentos e debêntures**

Descrição	Encargos financeiros		31/12/2017	31/12/2016	Vencimento
	Indexador (i)	Taxa média anual de juros			
Empréstimos e financiamentos					
Finem (BNDES)	URTJLP	8,83%	65.891	85.294	jun-22
			65.891	85.294	
Total			65.891	85.294	
Circulante			19.533	19.594	
Não circulante			46.358	65.700	

(i) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Para cálculo das taxas médias foi considerado, em bases anuais, o CDI médio anual de 6,89% e TJLP de 7,0%.

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2017	31/12/2016
13 a 24 meses	19.323	19.323
25 a 36 meses	16.335	19.323
37 a 48 meses	8.686	16.367
49 a 60 meses	2.014	8.697
61 a 72 meses	-	1.990
	46.358	65.700

BNDES

Correspondem a recursos captados pelas suas controladas destinados ao financiamento dos projetos de expansão do segmento de logística e são destinados a investimentos no ativo imobilizado e ativo intangível. Os contratos firmados têm como garantia avais da Companhia, fianças bancárias e a transferência da propriedade fiduciária dos bens descritos nos respectivos contratos.

- **FINEM** – Financiamento de Empreendimentos, intermediados por diversas instituições financeiras, destinados à implantação, ampliação, recuperação e modernização de ativos fixos. Esses financiamentos estão sujeitos a juros pagáveis mensalmente e são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados.

Linha de crédito não utilizada

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tinha disponível linhas de créditos de financiamento junto ao BNDES, não utilizadas, no montante total de R\$580 (R\$56.550 em 31 de dezembro de 2016).

Notas Explicativas

Cláusulas Restritivas (“covenants”)

A controladora Rumo S.A está sujeita a determinadas cláusulas contratuais restritivas envolvendo indicadores financeiros e não financeiros. Os indicadores financeiros mais restritivos consistem em: (i) endividamento abrangente líquido (dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis, certificado de recebíveis imobiliários e instrumentos derivativos vinculados à operações de crédito, deduzidos de títulos e valores mobiliários, bem como caixa e equivalentes de caixa)/EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, em português LAJIDA); (ii) EBITDA/resultado financeiro consolidado (são considerados somente juros sobre debêntures, empréstimos/financiamentos, arrendamentos mercantis, certificado de recebíveis imobiliários e operações de derivativos). A apuração para os covenants acima é anual na data das demonstrações financeiras, utilizando os resultados consolidados da controladora Rumo S.A, sendo que eventual default geraria impacto reflexo nos contratos da Companhia.

O *ratio* pactuado para 31 de dezembro de 2017 é de até 4,3x dívida líquida abrangente/EBITDA e índice de cobertura de juros mínimo de 1,4x EBITDA/resultado financeiro, limites que estavam sendo atendidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2017. Os limites são restringidos anualmente até que atinjam 3,0x e 2,0x, respectivamente, em 2021.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía empréstimos junto ao BNDES, sujeitos às cláusulas de “covenants”. Essas exigências foram substituídas por fianças bancárias.

Abaixo as movimentações ocorridas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

Saldo em 01 de janeiro de 2016	103.223
Amortização de principal	(19.234)
Pagamento de juros	(6.928)
Atualização monetária, cambial	8.233
Saldo em 01 de janeiro de 2017	85.294
Amortização de principal	(20.223)
Pagamento de juros	(5.707)
Atualização monetária, cambial	6.527
Saldo em 31 de dezembro de 2017	65.891

13 Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	<u>(187.080)</u>	<u>(182.212)</u>
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	63.607	61.952
<i>Ajustes para cálculo da taxa efetiva</i>		
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	(66.063)	(62.818)
Outros	<u>2.456</u>	<u>(698)</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>-</u>	<u>(1.564)</u>
Taxa efetiva	<u>0,00%</u>	<u>-0,86%</u>

Notas Explicativas

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Créditos ativos de:		
Prejuízos fiscais de IRPJ	274.824	232.045
Base negativa de contribuição social	99.102	83.701
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	13.911	11.954
Provisão <i>impairment</i>	53.241	61.850
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas	535	164
Provisões para não realização de impostos	2.812	2.042
Provisões de participações no resultado	799	357
Revisão de vida útil	25.759	13.868
Diferenças temporárias	8.947	8.075
Outros	288	99
Tributos diferidos - Ativos	<u>480.218</u>	<u>414.155</u>
(-) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos	<u>(480.218)</u>	<u>(414.155)</u>
Total de tributos diferidos registrados	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

Notas Explicativas**14 Fornecedores**

O saldo dos fornecedores da Companhia é composto por:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fornecedores de serviços e materiais	13.895	5.166
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	1.236	763
Outros	1.785	1.286
Total	16.916	7.215
Fornecedores	10.248	5.249
Fornecedores partes relacionadas (Nota 8)	6.668	1.966
	16.916	7.215

15 Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

	Provisão para demandas judiciais	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Tributárias	17.985	16.914
Cíveis, regulatórias e ambientais	6.259	5.541
Trabalhistas	14.542	9.579
	38.786	32.034

	Depósitos judiciais	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Tributárias	96	90
Cíveis, regulatórias e ambientais	21.810	20.446
Trabalhistas	11.200	6.525
	33.106	27.061

Movimentação da provisão das demandas judiciais:

	Tributária	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Em 01 de janeiro de 2016	15.847	6.226	13.899	35.972
Provisionados no exercício	327	147	5.009	5.483
Baixas por reversão / pagamento	(169)	(1.605)	(10.252)	(12.026)
Atualização monetária	909	773	923	2.605
Em 01 de janeiro de 2017	16.914	5.541	9.579	32.034
Provisionados no exercício	285	113	10.178	10.576
Baixas por reversão / pagamento	-	(8)	(7.404)	(7.412)
Atualização monetária	786	613	2.189	3.588
Saldo em 31 de dezembro de 2017	17.985	6.259	14.542	38.786

a) Tributárias

Processos judiciais considerados prováveis de perdas, portanto provisionados:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Compensações de tributos federais com créditos de PIS e COFINS	1.911	1.819
ICMS Exportação	15.803	15.095
Outros	271	-
	17.985	16.914

Notas Explicativas***Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:***

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
ICMS - Exportação ⁽ⁱ⁾	44.660	42.724
IRPJ/CSLL ⁽ⁱⁱ⁾	9.571	9.276
Outros	85	478
	<u>54.316</u>	<u>52.478</u>

- (i) ICMS – Exportação: Os fiscos estaduais autuaram a Companhia pela não tributação pelo ICMS nas faturas de prestação de serviços de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996.
- (ii) IRPJ/CSLL – Provisões trabalhistas: Trata-se de auto de infração que exige IRPJ e CSLL relativos ao ano de 2009, sob a alegação de que a Companhia teria excluído da apuração do lucro real e da base de cálculo ajustada da CSLL provisões trabalhistas. Pelo entendimento do Fisco, as baixas das provisões trabalhistas foram efetuadas pela Rumo S.A. sem a individualização dos processos (provisões e reversões), o que impactaria na apuração tributária. A probabilidade de perda é possível, considerando que a ocorrência da decadência e que a Rumo S.A. atendeu todas as regras tributárias referentes à adição e exclusão das provisões na apuração do IRPJ e CSLL.

b) Cíveis, regulatórias e ambientais***Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:***

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Cíveis ⁽ⁱ⁾	231.772	215.325
Regulatórias ⁽ⁱⁱ⁾	56.712	12.012
Ambientais ⁽ⁱⁱⁱ⁾	29.370	28.566
	<u>317.854</u>	<u>255.903</u>

- (i) Cíveis: A Companhia é parte em diversas ações cíveis, tendo como principais pedidos ações indenizatórias em geral, tais como: abaloamento em passagens em níveis, atropelamentos ferroviários, acidente de trânsito, ações possessórias em geral, ações de execução de títulos extrajudiciais, direitos e obrigações contratuais junto a clientes. Para as diversas ações cíveis, a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou as circunstâncias e registrou provisões para as perdas prováveis em valores suficientes e adequados, representando, na data do balanço, sua melhor estimativa de desembolso que poderá vir a ser exigido para liquidar as ações.
- (ii) Regulatórias: Referem-se principalmente a multas e discussões junto a ANTT.
- (iii) Ambientais: Tais valores decorrem de autuações feitas pela CETESB (SP), IBAMA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente em sua grande maioria, em razão de contaminação de solo e águas pelo derramamento de produtos e descumprimento das condições impostas por determinada licença de operação. Em todos os casos estão sendo adotadas medidas para redução do passivo existente, bem como medidas de reparação e prevenção relativas ao meio ambiente.

c) Trabalhistas***Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:***

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Reclamações trabalhistas	75.183	69.141
	<u>75.183</u>	<u>69.141</u>

Notas Explicativas

- ⁽ⁱ⁾ A Companhia discute diversas ações de natureza trabalhista, movidas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços, para fazer face àqueles casos cujas perdas são consideradas prováveis. Das ações em andamento, os principais pedidos postulados referem-se a horas extras, adicional noturno, insalubridade e de periculosidade, eventual descumprimento de normas regulamentadoras do MTE, reintegração de emprego, indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho e devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, contribuição sindical e outros, reconhecimento de jornada de turno ininterrupto, sobreaviso, diferenças salariais e outros.

16 Arrendamentos e concessões

A Companhia reconhece suas despesas relacionadas aos contratos operacionais de arrendamento e concessão, linearmente, de acordo com o decorrer dos prazos dos contratos.

O passivo de arrendamento e concessão equivale ao valor corrigido das outorgas, líquido dos pagamentos efetuados até a data do balanço, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Valores em discussão judicial:</u>		
Arrendamento	1.208.891	1.066.843
Concessão	75.284	68.555
	<u>1.284.175</u>	<u>1.135.398</u>

Valores em discussão judicial

A Companhia questiona na justiça o desequilíbrio econômico financeiro de certos Contratos de Arrendamento e Concessão.

A Companhia pleiteia o restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, perdido pelo cancelamento de contratos de transporte existentes no momento da desestatização configurando alteração do cenário regulatório e condições estabelecidas no Edital de Desestatização – adicionalmente, as previsões de crescimento que definiram o valor do negócio não se materializaram.

A ação tramita na 16ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro. O valor referente às parcelas vencidas estava tendo o juízo garantido mediante a aquisição de títulos da dívida pública (Letras Financeiras do Tesouro – LFT). Em março de 2008 a Companhia obteve autorização para substituir a garantia por fiança bancária e em maio de 2008 a Companhia resgatou os valores. Em dezembro de 2014 foi proferida sentença que julgou procedente a ação reconhecendo a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, restando agora a definição de perícia para se apurar o valor do desequilíbrio e aspectos relacionados. Em dezembro de 2015 foi deferido pedido de substituição das cartas de fiança apresentadas por seguro garantia.

A Administração, suportada pela opinião de seus advogados, avalia as chances de êxito como provável, mas mantém o registro do passivo financeiro por se tratar de obrigação contratual ainda não retirada da Companhia, e porque o valor ainda pende de compensação.

Os depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2017 referentes a esta ação totalizavam R\$ 20.690 (R\$ 19.464 em 31 de dezembro de 2016), apresentados como ações cíveis, regulatórias e ambientais, conforme nota 15.

Notas Explicativas**17 Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)****a) Capital social**

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 está assim constituído (em milhares de ações):

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ordinárias	459.058	459.058
Preferenciais	19.402	19.402
	<u>478.460</u>	<u>478.460</u>

As ações preferenciais não terão direito de voto e gozarão das seguintes vantagens e preferências:

- Dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;
- Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia; e
- Participação em igualdade nos recebimentos de dividendos.

18 Prejuízo por ação

O prejuízo básico por ação é calculado dividindo o prejuízo pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O prejuízo diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do prejuízo por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Básico e diluído

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Numerador		
Resultado do exercício	(187.080)	(183.776)
Por ação ordinária	(179.494)	(176.324)
Por ação preferencial	(7.586)	(7.452)
 Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	459.058	459.058
Média ponderada de número de ações preferenciais	19.402	19.402
 Resultado básico e diluído:		
Por ação ordinária	(0,39101)	(0,38410)
Por ação preferencial	(0,39101)	(0,38410)

19 Receita operacional líquida

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita bruta na venda de serviços	99.362	80.088
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(12.537)	(10.665)
Receita operacional líquida	<u>86.825</u>	<u>69.423</u>

Notas Explicativas**20 Despesas por natureza**

O grupo de despesas é demonstrado no resultado por função. A reconciliação do resultado por natureza/finalidade está detalhada como segue:

a) Despesas por natureza:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Material de uso na prestação serviço	(6.452)	(8.060)
Mão de obra contratada	(14.170)	(6.831)
Despesas com pessoal	(32.307)	(18.912)
Despesas com transporte	(23.491)	(14.243)
Depreciação	(33.981)	(28.981)
Arrendamento e concessão	(39.322)	(40.017)
Outras despesas	(12.402)	(7.295)
	<u>(162.125)</u>	<u>(124.339)</u>

b) Classificados como:

Custo dos serviços prestados	(151.699)	(120.537)
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(10.426)	(3.802)
	<u>(162.125)</u>	<u>(124.339)</u>

21 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Constituição de provisão para demandas judiciais	(8.211)	(4.511)
Resultado na venda de estoques e inservíveis	-	(130)
Outras receitas (despesas) líquidas	1.373	442
	<u>(6.838)</u>	<u>(4.199)</u>

22 Resultado financeiro

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Custo da dívida bruta		
Juros e variação monetária	(6.486)	(8.176)
Amortização dos gastos de captação	(62)	(59)
Fianças e garantias sobre dívidas	(2.655)	(7.482)
	<u>(9.203)</u>	<u>(15.717)</u>
Rendimento de aplicação financeira	515	1.413
	<u>515</u>	<u>1.413</u>
Custo da dívida, líquida	<u>(8.688)</u>	<u>(14.304)</u>
Outros encargos e variações monetárias		
Juros sobre outros recebíveis	24.240	37.900
Arrendamento e concessão	(108.498)	(132.744)
Despesas bancárias e outros	(7.068)	(9.000)
Juros sobre contingências e contratos comerciais	(3.911)	(1.986)
Variação cambial e derivativos	(3)	(1.659)
Juros sobre outras obrigações	(1.014)	(1.304)
	<u>(96.254)</u>	<u>(108.793)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(104.942)</u>	<u>(123.097)</u>
Despesas financeiras	(130.868)	(162.492)
Receitas financeiras	25.929	41.054
Variação cambial	(3)	(1.659)
Resultado financeiro, líquido	<u>(104.942)</u>	<u>(123.097)</u>

Notas Explicativas

23 Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (a) Risco de crédito;
- (b) Risco de liquidez; e
- (c) Risco de mercado

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia, a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco.

Os valores contábeis e a separação por categoria dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários	<u>2.569</u>	4.100
	2.569	4.100
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	8	59
Contas a receber de clientes	13.304	9.904
Debêntures privadas	186.525	175.435
Caixa restrito	<u>1.828</u>	1.642
	201.665	187.040
Total	<u>204.234</u>	191.140
Passivos		
Passivo pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	65.891	85.294
Fornecedores	16.916	7.215
Outros passivos financeiros	<u>2.285</u>	-
	85.092	92.509
Total	<u>85.092</u>	<u>92.509</u>

Durante o exercício, não houve reclassificação entre as categorias apresentadas acima.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho de Administração acompanha o Gerenciamento de Risco através de reportes da Alta Administração da Companhia, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco.

Notas Explicativas

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Administração através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca manter um ambiente de disciplina e controle no quais todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da controladora supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos qual a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria é suportado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria.

Todas as atividades com derivativos para fins de gestão de risco são realizadas por equipes especializadas com as habilidades, experiência e supervisões apropriadas. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

(a) Risco de crédito

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱⁱ⁾	8	59
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱⁱ⁾	2.569	4.100
Caixa restrito ⁽ⁱⁱ⁾	1.828	1.642
Contas a receber de clientes ⁽ⁱ⁾	13.304	9.904
Debêntures privadas	186.525	175.435
	<u>204.234</u>	<u>191.140</u>

- (i) O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data de reporte em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros.

- (ii) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é o valor registrado, como demonstrado na nota 12, com exceção das garantias financeiras. A exposição máxima em relação a garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos são apresentados no quadro de liquidez abaixo.

Notas Explicativas

O risco de crédito sobre caixa e equivalente de caixa, títulos e valores mobiliários e caixa restrito é determinado por instrumentos de *rating* amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos como segue:

	<u>31/12/2017</u>
AA	1.802
AAA	2.603
Total	<u>4.405</u>

(b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	<u>31/12/2017</u>			<u>31/12/2016</u>
	<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 a 2 anos</u>	<u>De 2 a 5 anos</u>	<u>Total</u>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(23.544)	(22.103)	(28.762)	(74.409)
Fornecedores	(16.916)	-	-	(16.916)
Outros passivos financeiros ⁽ⁱ⁾	(2.285)	-	-	(2.285)
	<u>(42.745)</u>	<u>(22.103)</u>	<u>(28.762)</u>	<u>(93.610)</u>
				<u>(107.031)</u>

- (i) A Companhia possui acordo com instituições financeiras que possibilitam à alguns de seus fornecedores a antecipação de seus recebíveis para com a Companhia. Tais operações são usualmente denominadas pelo mercado como "*confirming*", "*forfaiting*" ou risco sacado e são considerados instrumentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$2.285. Essas operações tiveram o Banco Itaú e Banco Bradesco como contraparte, a uma taxa média de 8,80% a.a. O prazo médio dessas operações, que são registradas a valor presente pela taxa anteriormente mencionada, é de 3 meses.

(c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado – tais como as taxas de câmbio e taxas de juros – irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

I. Risco de taxa de juros

A Companhia monitora as flutuações das taxas de juros variáveis de algumas dívidas, principalmente aquelas vinculadas ao risco de CDI/TJLP, e pode utilizar instrumentos derivativos com o objetivo de minimizar estes riscos.

Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de juros:

A análise de sensibilidade sobre as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração pelo CDI das aplicações financeiras com aumento e redução de 25% e 50% está apresentada a seguir:

Notas Explicativas

Exposição taxa de juros⁽ⁱ⁾	31/12/2017				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Caixa restrito	108	27	54	(27)	(54)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.448)	(1.112)	(2.224)	1.112	2.224
Impactos no resultado do exercício	(4.340)	(1.085)	(2.170)	1.085	2.170

- (i) Os índices de CDI e TJLP considerados: 6,89% a.a. e 7,00% a.a., respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

O cenário provável considera as projeções da Companhia para as taxas de juros, como segue:

	31/12/2017				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	6,75%	8,40%	10,10%	5,10%	3,40%
CDI	6,33%	7,90%	9,50%	4,70%	3,20%
TJLP	7,00%	8,80%	10,50%	5,30%	3,50%
IPCA	3,29%	4,10%	4,90%	2,50%	1,60%

A fonte externa utilizada para as projeções de mercado é a Consultoria Tendências.

Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros representa o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes. Tais instrumentos financeiros estão mensurados ao custo amortizado que se aproxima dos valores justos na data do balanço.
- O valor justo dos demais empréstimos e financiamentos, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis, veja detalhes na nota 12.

Os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	Ativos e passivos mensurados ao valor justo			
	Valor contábil		31/12/2017	
	31/12/2017	31/12/2016	Nível 2	Nível 2
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	2.569	4.100	2.569	4.100
Total	2.569	4.100	2.569	4.100

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Rumo Malha Oeste S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rumo Malha Oeste S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rumo Malha Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação do valor recuperável de ativos classificados no imobilizado (Notas explicativas nº 3.5 e nº 11)

A Companhia possui investimentos significativos em ativos classificados no imobilizado necessários para condução de suas operações. Em decorrência dos prejuízos apurados nos últimos anos, passivo a descoberto, aliado à geração de resultados abaixo do projetado, existe um risco de não recuperação do valor total desses ativos. Com a identificação desses indicadores, a Companhia considerou o valor em uso para o cálculo do valor recuperável desses ativos, ou seja, o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados que devem advir dos ativos ou unidades geradoras de caixa.

A avaliação do valor recuperável da unidade geradora de caixa da Companhia envolve julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas nas projeções dos fluxos de caixa, incluindo taxas de crescimento e de desconto, e pode resultar em impactos relevantes no ativo imobilizado com vida útil definida. Em função do referido e devido à relevância dos montantes envolvidos, esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos as premissas utilizadas pela Companhia para determinar a existência de indicadores de que os ativos da Companhia possam ter sofrido desvalorização, bem como avaliamos os controles internos chave relativos a identificação e mensuração do seu valor recuperável. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas chave utilizadas nas projeções de fluxo de caixa futuros, incluindo: (i) taxa de desconto; (ii) expectativas de produção do mercado brasileiro de produção industrial e grãos; (iii) expectativa em relação aos preços futuros de fretes rodoviários; (iv) disponibilidade de capacidade de transporte; e (v) outras condições macro econômicas. Avaliamos a sensibilidade de resultados considerando mudanças razoavelmente possíveis nas premissas chave e comparamos os orçamentos aprovados para o exercício anterior com os valores reais apurados de forma a verificar a habilidade da Companhia em projetar resultados futuros. Adicionalmente, comparamos o valor recuperável apurado com base nos fluxos de caixa descontados com o valor contábil da unidade geradora de caixa e avaliamos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o saldo do valor recuperável, bem como as divulgações relacionadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos no Pronunciamento Técnico acima referido e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as

demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rogério Hernandez Garcia
Contador CRC 1SP213431/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 6º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 5º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu discutiu e concorda com opiniões expressas no parecer dos auditores independentes emitido em 29 de março de 2018 pela KPMG Auditores Independentes, CRC 2SP014428/O-6.